



Universidades Lusíada

Rodrigues, Fernanda Perpétua, 1945-

Um perfil de pobreza : contributos para a estratégia de actuação

<http://hdl.handle.net/11067/3876>

Metadados

Data de Publicação	1986
Resumo	Este contributo inscreve-se na intenção de proceder a avaliação da extensão e dinâmica do fenómeno em debate (e ao qual preferencialmente denominariamos de processo de pauperização). Na base de um dado perfil de carência, indiciaremos elementos orientadores de um «novo» posicionamento institucional; agtadecendo à divindade «crise» a oportunidade de tornar urgente uma reflexão sobre este problema. No desempenho das competências que legalmente lhes estão acometidas, os Centros Regionais de Segura...
Palavras Chave	Pobreza - Portugal - Porto
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 04 (1986)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-07-18T18:22:59Z com informação proveniente do Repositório

UM PERFIL DE POBREZA

CONTRIBUTOS PARA A ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO ⁽¹⁾

*Fernanda P. Rodrigues **

Este contributo inscreve-se na intenção de proceder à avaliação da extensão e dinâmica do fenómeno em debate (e ao qual preferencialmente denominaríamos de processo de pauperização). Na base de um dado perfil de carência, indicaremos elementos orientadores de um «novo» posicionamento institucional; agradecendo à divindade «crise» a oportunidade de tornar urgente uma reflexão sobre este problema.

No desempenho das competências que legalmente lhes estão cometidas, os Centros Regionais de Segurança Social são detentores de um considerável manancial de elementos sobre o tecido social em geral e também, com alguma particularidade, sobre determinadas ocorrências sociais: quer quanto aos problemas expressos, como quanto às respostas disponíveis. Pôr a render a informação de que se dispõe é, do nosso ponto de vista, não só uma exigência, como uma condição do desempenho dessas competências.

De colaboração com a equipa de Acção Directa do Centro Regional de Segurança Social do Porto, com funções de atendimento de população que recorre ao serviço em situação de precaridade, procedeu-se à identificação de *toda* a população do distrito atendida no período de uma semana do mês de Abril de 1986 recolha que aconselhando restrições (por questões de tempo) quanto à extensão dos itens a trabalhar:

- possibilitaria um *retrato actual* (poderemos dizer que é de hoje, mesmo).
- possibilitaria ainda focar uma população já apostada na procura de uma ajuda exterior (o que não corresponde seguramente a todos os que estarão em situação de precaridade).

⁽¹⁾ Comunicação apresentada no Seminário sobre a Pobreza em Portugal, organizado em Lisboa em Maio de 1986.

* Assistente Social e Professora do ISSS Porto.

Com base nas potencialidades de um levantamento «personalizado» como aquele a que se procedeu, (designadamente pela sua adequação ao problema em análise) referiremos algumas das indicações recolhidas (propositadamente indicações pelas sugestões de acção que poderão significar).

Da dimensão distrital (correspondente aliás ao âmbito geográfico do Centro Regional) ressaltaremos com maior insistência os contornos médios (não obstante se dispôr de elementos para identificar os recortes de áreas administrativo-geográficas mais restritas).

- Foram em *n.º de 617* as famílias recorrentes ao Serviço durante o referido período de uma semana, o que sugere uma dimensão anual, de aproximadamente 32 000 situações, e cerca de 137 000 indivíduos; 63 % daquelas famílias localizam-se na Área Metropolitana do Porto.
- A *dimensão média das famílias* recorrentes (4,2 indivíduos/Família) é superior à média estimada para o distrito.
- Avultam na população atendida (por relação à estrutura etária geral do distrito) as *faixas de idade* até aos 45 anos (correspondentemente, a população mais idosa é a menos representada).
- Caracterizar a *população em idade activa* na sua situação face ao emprego permitiu-nos constatar que apenas 19,2 % dos indivíduos em idade activa estão empregados, ascendendo a 43 % o conjunto de desempregados e sub-desempregados.

Em 55 dos agregados não existe qualquer elemento activo.

- A identificação do *tipo de problemas* considerados pelos utentes e técnicos como influenciadores da situação de precaridade apontou:
 - 1.º desemprego — (situação a que mais frequentemente se associam outras manifestações).
 - 2.º incapacidade total ou parcial (de forma permanente ou temporária).

Registe-se que no conjunto das situações se manifestam com predominância «cachos» de carências e, parafraseando o nosso ditado popular, poderemos afirmar que uma carência quase «nunca vem só».

- Quanto à caracterização das famílias por relação à *natureza das receitas* de que dispõem, vivem de proventos:
 - exclusivamente resultantes do esquema de Segurança Social — 32,7%
 - exclusivos do trabalho — 24,3 %
 - e provenientes do trabalho e da Segurança Social — 23 %
- A análise da *natureza das despesas* permitiu-nos constatar que 82,4 % das famílias, além das despesas básicas, têm significativos gastos em medicamentos e outras ainda derivadas de endividamentos.

- A *distribuição das capitações* indica-nos que 61 % da população analisada tem capitações até 3 000\$00/mês (e destes 33,4 % têm capitações negativas, nulas e até 1 000\$00).
- Igualmente significativa se revelou a análise do *teor dos pedidos* que em 89 % dos casos não são de natureza monetária. Dentre estes tomam dimensão predominante os destinados a garantir gastos de alimentação e roupa — 37,5 % e aqueles que visam custear despesas provenientes de situações de doença (39 %). A estes seguem-se os apoios destinados ao bem alojamento, avultando dentro deste os pedidos feitos para satisfação de pagamentos da renda de casa.
- *Os pedidos não financeiros* têm como principal direcção a necessidade de informações e outras intervenções para desbloqueamento de situações de irregularidade na atribuição ou pagamento de prestações de Segurança Social. Só 24 % dos pedidos visam benefícios no domínio dos equipamentos sociais.
- O *tempo de relação* que as situações individuais analisadas mantêm com o serviço, permitiu-nos constatar que cerca de 40 % dos casos procuram nele apoio desde 1986 e destes 67,5 % ocorreram no decurso da semana analisada. Concluímos também que 30 % das famílias são conhecidas/acompanhadas pelo Centro Regional há mais de 3 anos. Donde se poderá salientar por um lado, o peso crescente que o número de casos tem implicado no serviço, e por outro poderá questionar-se a natureza, no mínimo, de algumas respostas ministradas que vêm a justificar um «enredamento» dos «utentes» por relação ao Serviço.

Complementarmente a este levantamento procuramos analisar as situações de «crianças em risco» o que nos orientou no sentido de identificar os motivos que socialmente «justificam» a permanência em instituições de configuração asilar de cerca de 2 000 crianças e jovens no distrito do Porto. Muitas delas são encaminhadas para esta «resposta» em idade muito precoce. A amostra trabalhada indicou-nos que em 40 % dos casos a resposta «internamento» aparece como sendo a «solução» para situações de pobreza em famílias com grandes «deficits» ao nível do emprego, instrução e qualificação profissional, habitação, etc.

Para as situações apresentadas são encaminhados recursos do âmbito do Serviço de Acolhimento, como ainda os provenientes de outras entidades.

No tocante a respostas monetárias pontuaremos exclusivamente os recursos do Centro Regional de Segurança Social do Porto, por não serem facilmente quantificáveis as disponibilidades sediadas noutras entidades (designadamente de iniciativa privada e de montante variável) e por supormos dispôr este serviço dos mais avultados recursos, em correspondência, aliás, às competências que legalmente lhe estão alocadas.

Pode constatar-se que em cerca de 50 % dos casos, o apoio monetário atribuído não conseguiu elevar de 1 000\$00 as capitações apresentadas (a cujos baixos níveis já aludimos) desadequação a que poderíamos acrescentar as dificuldades de atribuição atempada dos subsídios.

Ao referir os recursos há que registar que toda esta acção de atendimento no âmbito do distrito é feita em 10 locais, além da sede do Concelho do Porto, o que é manifestamente exíguo por relação à dimensão e extensão do distrito.

Cerca de 50 % dos casos atendidos procuraram este serviço em resultado de encaminhamentos a que procedem outras instituições e entidades diversas (registando-se pois uma diversidade de potenciais intervenientes nas situações).

Não obstante as respostas colectivas não perfigurarem o maior índice de procura referiremos exemplificativamente a situação no distrito em matéria de equipamentos dirigidos à infância e tomadas em conta todas as iniciativas oficiais e privadas no âmbito da Segurança Social.

Comprova-se:

- a distribuição assimétrica dos equipamentos no distrito, com taxas de cobertura diferenciadas não só por relação ao local de implantação como pela expressão tomada em cada valência.

O Concelho do Porto possui a mais elevada taxa de cobertura (30,9 %) em respostas para crianças até aos 5 anos não obstante ser uma área onde progressivamente se tem esvaziado a «função residencial».

A 2.^a taxa mais elevada corresponde a 9,8 % e há concelhos onde se registam índices de 1,1 % (a situação quanto aos Centros de Actividades de Tempos Livres para crianças em idade escolar é idêntica).

- Constata-se ainda que não existe presentemente qualquer serviço oficial de ajuda individualizada às famílias para a realização de trabalhos domésticos (e os que existem na rede comercial são onerosos, ex: lavandarias, comida pré-preparada ou mesmo refeitórios, serviços de reparações, etc.).

O quadro traçado ganharia em realce se pudesse ser completado pelo conhecimento/experiência sediado também em diversas outras instituições locais (privadas ou públicas) e com âmbitos diferenciados. Existem por exemplo estudos que tentam localizar os deficits de habitação e emprego, elementos fundamentais para serem conjugados com os presentes.

Reconhecendo pois que ficam por referir aspectos que podem ser de idêntica dimensão aos abordados, concluiremos entretanto que muitos dos traços delineados nos colocam em oníssonos com constatações que, mais genericamente e já no âmbito deste Seminário, se tem registado, a saber:

- 1 — A extensão e contornos detectados implicam uma multiplicidade de aspectos não só na configuração do problema em *geral*, mas em *cada uma* das situações manifestas de precaridade (intencionalmente queremos deixar apontados os dois níveis).

Aqui radicaremos um pressuposto para a acção que não excluindo os projectos de acção *individual*, tomará o nível *global* como a instância onde se sediarão as alterações mais substanciais, embora não atingíveis no curto prazo. O parentesco próximo deste propósito com as exigências postas por um projecto de desenvolvimento, ao pressupor e determinar a promoção da participação dos cidadãos implicados, bem como a necessidade de identificação diagnóstica das áreas de problemas, designadamente para ordenação de prioridades, levam-nos a tomar consciência de que estaremos confrontados com um projecto de médio prazo, mas apostadamente de mais «longa» solução.

- 2 — As disfuncionalidades identificadas extravazam em muito o sistema de Segurança Social, e como não haveriam de o exceder se estamos confrontados com um problema de reconhecida consistência estrutural? (pergunta-se mesmo em que medida se pode falar de causas individualmente atribuíveis, como frequentemente se ouve afirmar face às situações de pobreza).
- 3 — Há uma notória desproporção entre a dimensão e natureza das situações de precaridade e a dimensão e natureza dos recursos de que se dispõe para lhe fazer face.

Afigura-se-nos que o sistema de «respostas» data de época com características diferentes da presente (não só porque quantitativamente insuficiente como por diferenciações qualitativas).

- 4 — Por último citamos, subscrevendo a afirmação:

«Os grupos sociais mais pobres são pouco conhecidos para serem tomados em consideração, demasiado fracos para se fazerem entender, pouco organizados em torno da sua identidade colectiva para formular e prosseguir activamente os seus próprios interesses» ⁽²⁾, com o que pretendemos lançar uma nova premissa. É assim que se reconhece como procedimento (e simultaneamente como objectivo) adequado, tudo aquilo que dê voz e crie espaços de «real» expressão aos grupos implicados, através do que se espera introduzir, também uma maior precisão na detecção das carências e das prioridades a prosseguir. É que, diferentemente do que acontece na actividade comercial onde se afirma que «o cliente tem sempre razão» e daí a proliferação dos estudos de mercado, nas áreas servidas pelas chamadas profissões sociais, é prática relativamente habitual «ditar» o que é bom para o «cliente» (o que o torna também produto da pedagogia institucional).

Sub-valorizam-se as capacidades estratégicas que imaginativamente a população em situação de precaridade pode dispôr para sobreviver. Como afirma Pedro Demo, «Viver com o salário mínimo não é apenas um enigma matemático: é sobretudo, o milagre (...)» ⁽³⁾

⁽²⁾ Citado in *Service Social dans le Monde*, 43.º Année, n.º 4, Dez.º 1984, pag. 20

⁽³⁾ DEMO, Pedro, «A Pobreza Também tem Charme» in *Serviço Social e Sociedade* Ano I, Out.º, S. Paulo, Ed. Cortez, 1980, pag. 50

As indicações reunidas e que procuramos interpretar, associados ao papel que entendemos dever ter, nesta área e no presente, as instituições oficiais, levam-nos a advogar como projecto a criação de *Centros Locais de Interação* que, atentando a um novo relacionamento das Instituições com a população abrangida, desenvolvessem capacidade para:

- se constituírem em unidades de acção e estudo
- integrarem o atendimento de situações individuais
- influenciarem a criação de soluções adequadas em matéria de programas de resolução dos problemas detectados nas áreas determinadas como prioritárias.

Tratar-se-ia de um investimento, cuja configuração inicial acentaria na disponibilidade das instituições oficiais para mobilizar *todas* as forças existentes, promovendo a sua convergência e articulação.

Aos Centros Regionais de Segurança Social, incumbiria a dinamização da iniciativa, admitindo que aos poderes públicos cabem responsabilidade de esforço financeiro (que não se prevê possa ser reduzido) e simultâneamente de procura de convergência, isto é, «jogar» e fazer «jogar *toda* a equipa», ora com intervenções directas ora com protocolos com as outras partes.

Procurariam responder à necessidade de uma «mobilização geral» também de expressão local.

Exceder-se-ia por certo a resposta às situações de precaridade, que não só pela via da política de Acção Social.

Trata-se também de uma aposta na mudança institucional, relevando como elemento fundamental a aproximação aos grupos sociais (pela criação de unidades cuja dimensão em zona urbana poderia vir a ser aproximada à do Bairro). Através de um processo contínuo de educação e mobilização chegar a modificar as instituições e os procedimentos que regem as prestações e as suas próprias prioridades.

Significaria reordenar a lógica:

- daquilo que se identifica como carências
- da hierarquização das acções
- da afectação/procura de recursos correspondentes.

Ao delinear esta orientação sentimo-nos confortavelmente apoiados em trabalho já efectuado por exemplo para criação de equipamento social, onde a aplicação de idênticos procedimentos, significou:

- poder redireccionar as valências de resposta
- rever a concepção do espaço
- activar a mobilização dos recursos

o que veio a ter inevitáveis repercussões na pedagogia do funcionamento posterior.

E aí aprendemos, conforme recentemente afirmava um responsável autárquico, que o valor do escudo é substancialmente acrescentado se investido e gerido em níveis mais próximos das organizações de raiz local.

Prioridades para o distrito para este projecto poder-se-ia perguntar?

É possível indicar desde já diversos locais para centro desta iniciativa, todavia impõe-se uma avaliação conjunta dada a informação e experiência de que dispõem outras instituições implicadas em acções no terreno, nomeadamente de atendimento (as quais além de diversas, dispõem de recursos variáveis e diversificados).

Na base da «actualização» do sentido dos pedidos recebidos e da vitalidade social detectada, assim também as prioridades para arranque.

Este processo poderia ser iniciado pela «avaliação» conjunta a que se procederia e que protocolaria o compromisso de investimento preferencial numa zona e com determinada direcção, exercitando ainda uma nova metodologia.

Os Centros Locais de Interacção negociariam uma afectação em verbas e outros recursos nomeadamente os de pessoal, de acordo com as funções planeadas, face ao consenso local de prioridades.

Melhorando o nosso conhecimento, afinado o instrumental de análise, convergidas as forças em presença e valorizando a população implicada, procurar-se-ia com este projecto contrariar a tendência que faz com que algumas acções aproveitem mais aos que as estudam e planeiam, do que ao pobre «que carrega o piano mas não o toca». (4)

(3) Ibid, pag. 49

- ASSINA
- DIVULGA
- COLABORA

REVISTA «INTERVENÇÃO SOCIAL»